

Cidadania na internet - Bate-papo

Página inicial, Quarta-feira, 11 de Fevereiro de 2004 . Matéria

Moedas sociais no combate à fome

9/2/2004 15:33:00

Em entrevista exclusiva concedida durante o Fórum Social Mundial, em Mumbai (Índia), a socióloga brasileira Heloísa Primavera, coordenadora da Rede Latino-Americana de Socioeconomia Solidária (Redlases) e professora da Universidade de Buenos Aires, falou sobre a experiência das moedas sociais e dos clubes de troca na Argentina e fez uma breve análise do programa Fome Zero. "Talvez as pessoas esperassem resultados mais espetaculares logo, mas quem esperava isso não conhece a complexidade do social. Agora, acho que a unificação é fundamental e o que precisa ser feito é uma descentralização que respeite as idiosincrasias, as particularidades locais", afirmou. Para ela, as tecnologias de moedas sociais seriam fundamentais para o programa.

A Argentina, assim com o Brasil, tem taxas de desemprego bastante altas. A economia popular e solidária, a moeda social no mundo, é hoje uma realidade. Para o Estado, contudo, continua significando informalidade. E para o cidadão, de certa maneira, a ausência de seguridade social. Quais os caminhos para solucionar esse impasse?

Heloísa Primavera – Acho que a gente precisa fazer uma consideração preliminar em relação a isso. Não existe na Argentina um movimento de economia solidária, como existe no Brasil. O que existe é uma multiplicidade muito grande de experiências que têm a ver com fábricas falidas – que chamamos de empresas recuperadas – e aquela experiência maravilhosa que tivemos dos Clubes de Troca até 2002.

Acho importante retomar isso. Porque, na verdade, o Estado nunca considerou que as moedas sociais, pra falar desse capítulo em particular, fosse uma ameaça. Muito pelo contrário: como foi uma experiência que nasceu muito pequenininha, eu diria até que foi o Estado quem a ajudou a crescer. Se você me perguntar quem são os responsáveis pelo desenvolvimento exclusivo das moedas sociais na Argentina, fora os criadores e todos os que acreditaram na experiência, eu mencionaria dois atores fundamentais em qualquer processo de transformação social: o Estado e a mídia.

A mídia, em duas ou três oportunidades, pegou o platô em que estavam os Clubes de Troca e jogou lá em cima. Você aparece dez minutos na televisão e chegam três mil correios eletrônicos pra você responder. É um vetor fundamental, mas infelizmente não tem a responsabilidade social que deveria ter, justamente porque vai mais atrás do que é sensacionalismo, peculiar e estranho, mas não se aprofunda.

Por isso os meios alternativos têm uma responsabilidade muito importante, porque eles têm de mostrar o outro lado da notícia, o outro lado da história.

O segundo elemento é o da responsabilidade do Estado. Também é nossa responsabilidade saber como nós nos dirigimos ao Estado de maneira que ele veja qual é o papel que lhe cabe nesse momento em relação a esse tipo de experiência. Então eu diria a você que os Clubes de Troca nasceram na Argentina em 1995 e já em 1997 o governo da cidade de Buenos Aires criou no Departamento de Ação Social um programa especial de apoio aos Clubes de Troca, porque - reconhecendo o tamanho da marginalidade e da economia informal - achou que tinha de se ocupar.

O que você faz quando vê pessoas dormindo na rua? Você não olha? Você olha e vê como pode tentar solucionar o problema. Por que não vai fazer a mesma coisa na economia?

Então aconteceu isso - um secretário de Estado da área social, que era um empresário, captou rapidamente a coisa: aí está o germe dos futuros empreendedores, temos que fazer com que essas pessoas tenham voz.

E como o Estado pode fazer?

Tantas coisas: conseguir espaços, facilitar a comunicação entre as pessoas, cuidar para que haja cursos de bromatologia para que as pessoas que fazem comida façam bem feito, e nada mais: não intervir no negócio da organização, porque é uma iniciativa da sociedade civil.

Claro que houve muitas diferenças, houve “Estados” que quiseram intervir mais, houve políticos inescrupulosos que fizeram o seu próprio negócio clientelista, mas não foi o geral. O geral foi que o Estado, a partir dos governos locais, foi muito apoiador desse processo. Agora, houve um momento particular, quando isso foi para o nível nacional prematuramente. O secretário de Estado falou: o que fazemos com um país que tem um milhão de pessoas (naquele momento) fazendo trocas pra sobreviver? Deixamos no setor informal ou os organizamos para saírem dele, mesmo que seja uma pequena parte? Então resolveram apoiar a iniciativa, mas erraram feio de interlocutor, possivelmente sem sabê-lo, e aí a coisa se perdeu.

RITS: Quer dizer: a Argentina não encontrou uma solução para o problema?

Heloísa Primavera – Não encontrou, mas não perdeu o caminho. O caminho se desvirtuou. Não existe mais aquele movimento massivo que a mídia endeusou, colocou lá em cima. Não existe mais a rede de seis milhões de pessoas.

Tem hoje, eu diria, cinco milhões de pessoas desenganadas e – talvez- um milhão de pessoas que conseguiram algum jeitinho de sobreviver com planos sociais, subsídios daqui e dali. Mas muita gente, talvez duzentas ou trezentas mil pessoas continuam praticando as trocas com moedas sociais, em quantidade muito menor e em redes muito menores, entre elas.

Chegaram a existir dezessete redes regionais e locais, articuladas a nível nacional. Mas existia uma (rede) que dizia que era a dona da bola, foi essa a que errou tudo e resolveu ganhar dinheiro.

Imagina: se você tem todo dia dez mil pessoas que vêm na sua casa, a tentação de cobrar dez centavos ou um real é muito grande. E eles erraram. Eles já tinham na mão um processo social desenvolvíssimo e resolveram tomar pelo lado do empresariado tradicional - para usar um eufemismo. Fizeram negócio com isso, hoje estão tentando se levantar, mas o descrédito é muito grande.

Agora, onde não é grande o descrédito nas redes de troca argentinas? La onde eles não chegaram...

E por quê? Porque eles inventaram um sistema, os fundadores, em que diziam: A moeda tem de ser local. Depois se arrependeram e disseram: não, tem que ser nacional e o Banco Central somos nós. Então, obviamente, tem pessoas que desconfiaram que havia alguma coisa estranha. Quando esse processo é apropriado pelas pessoas, da comunidade, do bairro, do colégio – pode ser um grupo de cinquenta, de cem, de duzentas pessoas - quando é gerido por elas, dá certo.

Só que não dá pra ser na escala que o desemprego da Argentina, hoje, tem de enfrentar. Nós fazemos um diagnóstico assim: um dos responsáveis pela explosão do sistema foi a dependência instrumental do papelzinho, do bilhete – eles começaram a “vender os papeizinhos”. E aí, acabou-se! O sistema explodiu!

E o que é que a gente faz agora? Tao fácil! Elimina o papelzinho. Transforma no que é: só informação. Uma coisa que faz o papel de dinheiro, mas não pode ser depositada em banco, em pagar impostos, nem ter juros, o que é? Não é dinheiro, é o que nós chamamos de moedas sociais, moedas complementares.

Então estamos tentando encontrar, para cada comunidade, uma solução para isso, que pode ser com Internet, sem Internet, com caderninho... não tem a menor importância, mas o que vale é consertar a experiência para que as pessoas se reapropriem dela - e é nisso que nós estamos trabalhando.

RITS - Mudando de assunto, gostaria de voltar ao Brasil, que a senhora conhece bem: o Brasil começa a viver os primeiros resultados do programa Fome Zero. A senhora vem acompanhando o processo. Como analisa esses primeiros passos do programa?

Heloísa Primavera – Eu tenho absoluta certeza de que a existência de bases de dados fragmentadas é geradora de clientelismo. Pra mim, portanto, isso é um avanço muito grande. Eu acho que está muito bem encaminhado o Fome Zero.

Talvez as pessoas esperassem resultados mais espetaculares logo, mas quem esperava isso não conhece a complexidade do social. O social é assim mesmo, muito lento. Agora, acho que a unificação é fundamental e o que precisa ser feito é uma descentralização que respeite as idiossincrasias, as particularidades locais.

E eu tenho um comentário a fazer sobre o Fome Zero: as tecnologias de moedas complementares, de moedas sociais, são fundamentais para o programa, porque a moeda social não compete com o outro dinheiro.

Vamos imaginar, por exemplo, duas comunidades. A comunidade “A” e a comunidade “B” têm capacidade de produção diferenciada. A “A” pode produzir feijão e a “B” só pode produzir arroz. Juntas, elas necessitam de 5 mil quilos de arroz e 5 mil quilos de feijão. O que é que elas fazem? É óbvio que têm de trocar. Agora, como você vai anotar essa troca, pra elas se satisfazerem e não gastarem nenhum real – nem elas, nem o governo?

Você tem que ter uma tecnologia para compensar essas trocas em vários níveis – de governo e de pessoas – para as pessoas conseguirem entender que existe um dinheiro que não circula e que não faz falta: o dinheiro dos Clubes de Troca. Eu não estou falando que tem de fazer Clubes de Troca para ajudar o Fome Zero, mas que a tecnologia da moeda social tem de ser adaptada, porque o verdadeiro calcanhar de Aquiles do sistema capitalista é a concentração do dinheiro.

A gente tem de voltar a ter uma compreensão do dinheiro como elemento facilitador de trocas, não de acumulação da riqueza na mão de poucos. E tenho certeza de que isso o Fome Zero ainda não entendeu bem.

O que a gente pensa que é o mercado? Você tem de ter matéria-prima para produzir alguma coisa. Tem de ter conhecimento para transformar a matéria-prima. Tem de ter gente para fazer essa união e desenvolver um produto ou um serviço e tem de ter gente pra consumir. As pessoas acham que estão excluídas do mercado por quê? Porque não têm essas quatro coisas ou porque não têm o dinheiro? Pela ausência do dinheiro! Então a gente tem de mostrar que o dinheiro é só um elemento de ligação entre essas quatro coisas. Na verdade, o que você precisa para ajustar essas quatro coisas é fazer com que os consumidores e os produtores da comunidade “A” e da comunidade “B” consigam satisfazer suas necessidades. E se forem dez comunidades, melhor, porque aí você vai ter arroz, feijão, batata, cebola, professor de inglês, aula de computação, dança e festa.

A gente ter podido demonstrar, pela experiência da Argentina, mesmo que ela tenha tido uma reversão nos últimos dois anos, que o dinheiro não é um elemento fundamental para fechar essa equação do mercado é uma coisa extraordinária. Os decisores políticos ainda não compreenderam isso e os atores da economia solidária também não. A moeda social alavanca um tipo de desenvolvimento baseado na necessidade da comunidade e nas potencialidades locais.

A Argentina tem uma importante tradição de associativismo, o que não temos efetivamente no Brasil. Como essa força histórica da sociedade civil enfrentou a crise econômica e política recente da Argentina?

Heloísa Primavera – Eu posso fazer um comentário de cidadã, não de pesquisadora. Em janeiro de 2002 a gente não sabia como ia ser a esquina da nossa casa, porque era um incêndio todo dia, um assalto a toda hora, uma briga... e era também um movimento muito grande de recomposição das forças sociais. Por um momento, era aquele idílio entre a classe média decadente e o pessoal que estava na economia informal. Eles se encontraram disseram: temos que identificar quem é o inimigo comum. Passou um pouco essa etapa, não era possível viver naquele estado de conflito permanente. Houve muito aprendizado, acho que o que ficou desse momento e ainda continua foram as assembléias de bairro e os processos de orçamento participativo, que começaram também lá. Eu diria, até, que tem uma coisa interessante: na Argentina tem muito mais processos de co-gestão Estado-sociedade civil do que no Brasil, historicamente. Só que eles não são conhecidos, não têm marketing. Dou um exemplo: na Argentina, um lugar que foi um campo de concentração durante a ditadura, chamado Olimpo, foi tombado por uma iniciativa da sociedade civil. Com briga, óbvio, pressão política de pesquisadores, universidades, comunidade... e saiu. Muitos mercados que iam ser transformados em shopping centers foram recuperados pelas pessoas do bairro, por pressões da sociedade civil. E só agora que está começando aquele impulso, o “bafo de Porto Alegre”, que é mundial, é maravilhoso. Então já está na Constituição de Buenos Aires o orçamento participativo – imperfeito, mas começou.

Agora, acho que não precisa nem chegar lá no orçamento participativo, nem pode parar lá. O bom será quando o orçamento participativo conseguir uma influência de peso na agenda do setor público e não for tão pequeno. O importante é que a sociedade civil, com a experiência do orçamento participativo, está

percebendo que pode gerir outros espaços que não estavam previstos. Tudo isso está rolando e é parte de uma sociedade que é tão sofrida, mas tão participativa como a Argentina.

Eu tenho muita confiança nesse governo que está aí – não só o nacional como os provinciais e também os estaduais e municipais dos outros partidos políticos. A lição foi muito grande. O descrédito da classe política foi muito grande. Houve um momento, em 2002, em que os políticos não podiam sair à rua e tomar café num bar, que eram vaiados. Existe hoje uma aproximação maior e muito mais favorável para escutar as forças vivas da sociedade do que antes. Eu tenho muita esperança, mas sou uma pessoa otimista.

Na Argentina, estamos atravessando um momento de otimismo generalizado...

Naturalmente, existem setores que nunca vão estar contentes, pois apostam no “quanto pior, melhor” para ampliar as contradições, mas eu não faço parte desse grupo. Acho que ele já custou muitas vidas e a gente tem de ir pelo caminho da luta democrática... pela democracia!

RITS: A senhora está à frente de um grande projeto de formação em economia solidária. Como se dá esse processo e que impacto ele busca ter?

Heloísa Primavera – Na América Latina, a economia solidária não está organizada como no Brasil. Provavelmente, nós não vamos poder avançar por regiões ou por estados, mas sim por movimentos. O que estamos tentando fazer agora é identificar em cada país projetos que têm vocação de abertura. Por exemplo, projetos de base territorial – nos níveis de bairros, comunidades ou municípios. Estamos procurando localizar promotores de desenvolvimento integral e sustentável. Isso quer dizer o seguinte: são processos que se ocupam da pessoa, do grupo, da instituição e do bairro, não ficam concentrados em um só.

Então você dá atenção ao setor informal da economia, mas também dá atenção ao setor formalizado precário e vai chegando até o ponto do desenvolvimento sustentável, que é uma coisa que não existe, não se fala de sustentabilidade. A gente começa a falar da sustentabilidade econômica, mas quer chegar na sustentabilidade do meio ambiente. Em cada lugar esse programa vai ter uma cara diferente. Se nós quisermos definir uma empresa de economia solidária como uma que tem essas trinta características, nenhuma vai se notar. Então eu não vou ter candidatos.

A proposta é formar uma rede. Primeiro local, regional, provincial, estadual, depois pode ser nacional, ou diretamente entre países com as mesmas problemáticas. Talvez seja mais importante falar com as pessoas que plantam café no Equador, no Peru e no Brasil do que falar com os setores dos governos municipais. Cada processo, cada projeto pode ter um perfil diferente, porque ele reconhece a necessidade de experimentarmos uma série de inovações que a gente vê que já estão funcionando.

O que a gente quer conseguir com esses animadores ou promotores de desenvolvimento social? Queremos que eles sejam especialistas em escutar a comunidade, em reconhecer pelo menos quatro áreas diferentes desse desenvolvimento, que deve ser local, integral e sustentável. Quais são essas quatro áreas?

Essa pessoa deve ser da comunidade para poder ser um articulador dos recursos locais. Deve ser treinada para saber como, nessa comunidade, eu posso gerar um agrupamento das forças vivas para algum planejamento estratégico – pode ser para o que for, mas tem de ser cada comunidade do seu jeito, para ver quais são os recursos ociosos, humanos e naturais.

Por que a gente diz que os recursos ociosos não se mobilizam?

Porque não tem dinheiro. Mas a gente vai acabar com esse mito de que não tem dinheiro. Eu acredito que não se organiza porque a gente não sabe organizar.

A primeira parte, então, seria essa. Esse módulo chamado de “ativação dos recursos locais” pretende fazer vários setores da comunidade conversarem para dizer: o que nós poderíamos fazer e não estamos fazendo? Pequenos hotéis, quartos nas casas das famílias, pequenos circuitos de turismo ecológico, produção de comida natural... o que você achar que a sociedade está preparada para fazer e seja sustentável você apóia e dali saem pelo menos quatro tipos de idéias de projetos e projetos: imediatos sem recursos externos, imediatos com poucos recursos externos, mediatos sem recursos e mediatos com algum recurso externo.

Uma vez que você tenha tabulados todos esses projetos, sai para buscar financiamentos alternativos. Uma vez que já tenha as pessoas trabalhando em projetos novos, você começa a dar visibilidade a esse processo e introduz as técnicas de intercâmbio compensado, de maneira que elas possam economizar o dinheiro real e fazer a maior quantidade possível de comércio entre elas com papezinhos, livretos, computador, base de dados e softwares especializados, que são muito simples. Aí você tem uma sociedade civil muito mais organizada, que pode falar firme com o governo local. E o governo local adora isso, pois vai ser reeleito se conseguir alavancar esses processos.

Tem vários cargos no Brasil que poderiam ser equivalentes, sem partir de pessoas que já estejam em contato com a comunidade. Ou, por outro lado, que estejam e não tenham ainda nenhuma formação. Acreditamos que não é preciso ter diploma universitário para isso de jeito nenhum. Nós calculamos que num curso de 80 horas, com umas 40 de treinamento presencial e outras 40 de Internet, além de um bom monitoramento, conseguimos formar esses quadros.

E mais informações sobre o projeto estão na Internet?

Heloísa Primavera – Ainda não pusemos porque fizemos em dezembro a primeira reunião de âmbito latino-americano, com participantes de Chile, Peru, Argentina, Brasil, e vamos fazer um lançamento no fim de fevereiro ou em março. Nós já vamos começar com o projeto para mostrar aos próprios promotores nos vários países como ele está funcionando na Argentina. Pensamos que até antes do fim do ano – em setembro, talvez – já estaremos com o programa à distância na Internet, para fazer reuniões dos formadores. Achamos que com 1.500 na América Latina, em três anos, a gente faz um “estrato considerável”.

Entrevista concedida a Paulo Lima, da RITS.

Você pode sugerir um tema ou uma pessoa a ser convidada para um bate-papo na sala do Cidadania!

Venha debater e apresentar o seu ponto de vista sobre os mais diversos temas. O Fórum está aberto à sua participação.

www.cidadania.org.br